

PODERES / O presidente do Senado sinaliza que deve colocar em votação, em 2024, as propostas que visam limitar prerrogativas do STF. Para analistas, esse será um dos principais focos de tensão política no ano que vem

Crise à vista após o recesso

» RENATO SOUZA

Depois de quatro anos marcados por embates entre o então presidente da República, Jair Bolsonaro (PL), e o Supremo Tribunal Federal (STF), em que os ministros destacaram, nos bastidores, ter sido um tempo de desgaste e concentração de esforços para garantir o regime democrático, os integrantes da mais alta Corte do país se preparam, agora, para rugas com o Congresso Nacional, especialmente com o Senado, após o recesso legislativo que se encerra em fevereiro. O presidente da Casa Alta, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), promete avançar com pautas que podem mudar regras e a configuração da Suprema Corte.

Uma das propostas que pode entrar na lista de votações é a que fixa mandato de oito anos para ministros do Supremo. Atualmente, quem é indicado à Corte precisa ter 35 anos ou mais e pode ficar no cargo até completar 75 anos de idade. A proposta de reduzir o tempo de permanência para oito anos divide os magistrados.

Outra alteração prevista para ser votada no Parlamento é a redução de poderes dos magistrados, restringindo a possibilidade de decisões monocráticas. De acordo com o texto da Proposta de Emenda à Constituição 8/2021, do senador Orlindo Guimarães (Podemos-PR),

decisões monocráticas não poderão suspender leis ou atos dos presidentes da República, do Senado e da Câmara dos Deputados. A medida já foi aprovada no Senado e, agora, aguarda apreciação na Câmara, onde tem menos chances de ser aprovada.

Também com menos chances de avançar, um projeto protocolado na Câmara com assinatura de 175 deputados pretende autorizar o Congresso a derrubar decisões do Supremo que “violam flagrantemente a Constituição ou ultrapassem as atribuições da Corte”. Na avaliação de ministros do STF, ouvidos nos bastidores, esse tipo de proposta, se prosperar, será derrubada pelo Plenário. As demais, apesar de polêmicas na visão dos magistrados, estão abarcadas pela prerrogativa do Parlamento de legislar sobre assuntos relevantes para a sociedade.

Interlocutores do ministro Luís Roberto Barroso, que fica na presidência do Supremo até 2025, avaliam que ele tem boas relações pessoais com Pacheco, com quem mantém contato rotineiro. Fontes próximas aos ministros atribuem o avanço de propostas que tentam reduzir o poder do Supremo no Senado a parlamentares bolsonaristas. Apesar de não ter sucesso na votação, de acordo com essas fontes, o ex-presidente Jair Bolsonaro conseguiu um bom resultado eleitoral em 2022 para colocar aliados ideológicos no Legislativo.

Roque de Sá/Agência Senado



Rodrigo Pacheco se une aos críticos da atuação do STF e promete lançar na pauta projetos como o que limita o mandato dos ministros

Para saber mais

PEC 8/2021: limita poderes dos ministros do STF. Define que decisões monocráticas não poderão suspender leis ou atos dos presidentes da República, do Senado e da Câmara dos Deputados

PEC 50/2023: autoriza que o Congresso derrube decisões

do Supremo que “extrapolem os limites constitucionais”.

PEC 16/2019: fixa mandato de oito anos, sem direito à recondução, e determina 30 dias de prazo para o presidente da República indicar ministros para o STF

ex-presidente e assimilou essa narrativa”, disse ele.

Rejeição

No entanto, o ministro afirmou que, de certa forma, ficou “aliviado”, pois esperava um resultado muito pior, tendo em vista que o Judiciário exerce função contramajoritária, ou seja, protege direitos das minorias frente à tentativa de rolo compressor da maioria.

O cientista político Márcio Coimbra afirma que, no pano

de fundo das proposições que enfraquecem o Supremo, está a disputa pela presidência do Senado, que ocorrerá no próximo ano. “Essas pautas que Rodrigo Pacheco quer colocar são pautas que vão na linha do bolsonarismo. Ajuda a angariar apoio dos senadores bolsonaristas para Davi Alcolumbre (União-AP), que vai concorrer ao cargo. São pautas que ajudam no apoio de Alcolumbre e Pacheco. Esse é o pano de fundo”, avalia.

Para Eduardo Galvão, professor de relações institucionais do Ibmeq Brasília, a volta aos trabalhos, ano que vem, no Judiciário e no Legislativo será acalorada. “A retomada das atividades políticas após o recesso parlamentar vai ser marcada por uma pauta altamente sensível e potencialmente divisiva, que são as PECs que buscam limitar decisões monocráticas do Supremo Tribunal Federal e estabelecer um tempo de mandato para seus ministros”, aponta.

Ele também concorda que o avanço sobre regras do Supremo pelo Legislativo está sendo encabeçado por Pacheco. “Essa

agenda, que está sendo impulsionada pelo presidente do Senado, Rodrigo Pacheco, reacende uma discussão sobre o equilíbrio de poderes e a autonomia das instituições judiciais. Em primeiro lugar, é preciso entender que as propostas em questão representam mais do que meras mudanças procedimentais. Elas tocam no cerne da separação de Poderes, um princípio constitucional que garante a independência e harmonia entre os Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário”, diz.

Galvão afirma que a limitação de decisões monocráticas pode reduzir a possibilidade de a Corte resolver situações urgentes. “A limitação das decisões monocráticas do STF pode ser vista como uma resposta a percepções de ativismo judicial, em que decisões individuais de ministros impactam significativamente a legislação e políticas públicas. Por outro lado, essa limitação pode ser interpretada como uma intrusão do Legislativo na autonomia do Judiciário, potencialmente minando a eficácia da justiça e a rapidez na resposta a questões urgentes”, completa.

Eleições irrigadas com dinheiro do Fundão

» ALINE BRITO
» ÁNDREA MALCHER

O Congresso aprovou uma previsão orçamentária turbinada para o Fundo Eleitoral, com o montante de R\$ 4,9 bilhões, mais que o dobro do valor destinado para as eleições municipais de 2020, R\$ 2 bilhões, um salto de 145%. O valor se equipara ao total destinado para as eleições gerais do ano passado. A quantia foi criticada pelo presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), que considerou um “erro grave” a aprovação da verba, ainda que tenha avaliado os R\$ 939 milhões propostos pelo governo como insuficientes.

Uma das críticas em relação à verba incrementada foi sobre a origem do dinheiro. Depois de negociações entre os parlamentares, o texto final do Orçamento de 2024 definiu que o valor será retirado das bancadas estaduais. Via de regra, essas emendas são usadas para suprir necessidades nas áreas de saúde, educação e infraestrutura nas

bases eleitorais dos deputados e senadores.

Mesmo com a força-tarefa de Pacheco para tentar diminuir o montante de quase R\$ 5 bilhões, o esforço foi vencido pela maioria do Congresso, que concorda com o aumento do Fundão. Mais dinheiro para financiar as campanhas municipais é de grande interesse para deputados e senadores, pois os parlamentares que conseguirem eleger candidatos nos municípios ganham vantagem para o pleito de 2026, quando esses prefeitos poderão agir como cabos eleitorais para as cadeiras na Câmara e no Senado.

As maiores bancadas do Congresso, PL e PT, devem contar com uma reserva relevante para o pleito, prometendo repetir o embate Jair Bolsonaro versus Lula nos municípios.

Isso porque a distribuição do fundo voltado para as campanhas leva em conta o tamanho das bancadas com base no resultado da eleição anterior, além de seguir os seguintes critérios: 2% são distribuídos igualmente

entre todas as legendas registradas; 35% consideram a votação de cada partido que teve ao menos um deputado eleito na última eleição para a Câmara; 48% consideram o número de deputados eleitos por cada partido na última eleição, sem levar em conta mudanças ao longo da legislatura; e 15% consideram o número de senadores eleitos e os que estavam na metade do mandato no dia da última eleição.

Dessa forma, os petistas, com 69 cadeiras na Câmara, devem dobrar o valor disponível, indo de R\$ 250,7 milhões para R\$ 616 milhões, um salto de 146%. Lula sinaliza que passará o próximo ano viajando pelo país, em apoio às candidaturas do partido, em busca de ampliar a quantidade de prefeituras. Em 2020, a sigla elegeu 182 prefeitos.

O PT reconhece as dificuldades que enfrenta para ocupar as prefeituras e, em discurso na conferência do partido, no início do mês, Lula provocou os candidatos, questionando se a sigla está “falando aquilo que o povo quer ouvir” e

defendeu que os correligionários busquem se aproximar dos eleitores que deixaram de se identificar com o projeto político-ideológico petista, buscando diálogo especial com evangélicos e com o setor do agronegócio. “Nós precisamos aprender a construir um discurso para falar com essa gente”.

“A gente tem condições de ter candidato a prefeito, não precisa ser em condições de ganhar, porque uma candidatura não é importante só quando se ganha, pode perder e você construir a base para vitória no ano seguinte”, afirmou. “É preciso que a gente tenha coragem de escolher o melhor (candidato), não pode ser as briguinhas internas do partido, a gente tem que escolher o melhor, o melhor que vai defender o partido, o melhor que vai defender as pautas do governo”, aconselhou. Para Lula, as eleições de 2024 servirão “para a gente aprender a discutir nas cidades” e abrir caminho para o pleito de 2026.

Já o PL, que elegeu uma bancada de 99 deputados, acabará

Papai Noel generoso com os partidos

DISTRIBUIÇÃO DO FUNDO

- 2%** distribuídos igualmente entre todas as legendas
- 5%** consideram a votação de cada partido que teve ao menos um deputado eleito na última eleição para a Câmara
- 48%** consideram o número de deputados eleitos por cada partido na última eleição
- 15%** consideram o número de senadores eleitos e os que estavam na metade do mandato no dia da última eleição

PROJEÇÃO PARA 2024 (EM MILHÕES)

PL	R\$ 880
PT	R\$ 616
União	R\$ 537
PSD	R\$ 433,8
PP	R\$ 420,6
MDB	R\$ 417,2
Republicanos	R\$ 348,9
Pode	R\$ 243,4
PDT	R\$ 176,6
PSDB	R\$ 157

abocanhando cinco vezes mais que o recebido para as candidaturas em 2020, cerca de R\$ 880 milhões, 500% maior que os R\$ 146,5 mi. Na ocasião, a legenda elegeu 345 prefeitos e nenhum destes foram em capitais.

As eleições de 2024 prometem

ser bem diferentes do último pleito municipal e bastante marcada pela disputa Lula x Bolsonaro, o que poderia desbancar siglas como PSD, que conta com 968 municípios; MDB, com 854, e PP, com 712, que normalmente elege muitos prefeitos.



FABIANA MELO
Aluna da Escola
Técnica de Brazlândia

FELIZ DF NOVO.

Com a Escola Técnica do Paranoá, novas escolas e creches.

A grande transformação do Distrito Federal continua em 2024. O GDF segue investindo na educação, com a nova Escola Técnica do Paranoá, que trará mais oportunidades de emprego para 2.400 alunos. E ainda a construção e reforma de 20 escolas, mais 300 salas de aula e a conclusão de 15 creches. Tudo isso para trazer um feliz DF novo para todos.

